



PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

E-mail: pmcalifornia@uol.com.br

Rua 17 de dezembro, 149 – Caixa Postal 15 – Telefone (0**43) 3429-1242

FAX (0**43) 3429-1407 – CEP: 86820-000 – Estado do Paraná

Publicada no jornal
Tribuna do Norte
Edição Nº 7.077
De 26/05/2001

LEI Nº 830/2001

SÚMULA: Regulamenta o Artigo 23 da Lei Nº 379/83 – Código Tributário, que dispõe sobre arrecadação e fórmula de pagamento do imposto.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA,
ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU
PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A
SEGUINTE**

L E I :

Art. 1º - Os créditos tributários vencidos do IPTU – (Imposto Predial e Territorial Urbano) poderão ser pagos em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, sucessivas.

§ 1º - O crédito tributável parcelável compreenderá o tributo e os acréscimos legais, inclusive juro de mora, calculado até a data de parcelamento.

§ 2º - O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da dívida tributária, tendo o reconhecimento definitivo irretratável.

Art. 2º - O pedido de parcelamento poderá ser requerido por pessoa física ou jurídica que se identificará através de documentos, que serão protocolados na Prefeitura Municipal.

O parcelamento da dívida será requerido pelo contribuinte que reconheça a liquidez e a exatidão da dívida.

§ 1º - O pagamento da primeira parcela poderá ser no ato ou após 30 (trinta) dias da assinatura do acordo.

§ 2º - O contribuinte informará no requerimento a origem de sua dívida (IPTU), bem como o número de parcelas que pretende pagar, com a proposta a ser analisada.

Art. 3º - O valor da parcela não poderá ser inferior a R\$ 5,00 (Cinco Reais).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

E-mail: pmcalifornia@uol.com.br

Rua 17 de dezembro, 149 – Caixa Postal 15 – Telefone (0**43) 3429-1242

FAX (0**43) 3429-1407 – CEP: 86820-000 – Estado do Paraná

Art. 4º - Acarretará a rescisão do parcelamento à falta de pagamento de qualquer das prestações na data fixada no acordo.

§ 1º - Rescindindo o parcelamento, o saldo do crédito tributário continuará inscrito em dívida ativa, para dar início ou prosseguimento da cobrança por parte do Executivo.

Art. 5º - Estando o parcelamento da dívida em vigor o setor de tributação não poderá expedir certidão negativa do imóvel se assim for solicitado

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente Lei em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Califórnia,
aos 18 dias do mês de maio de 2001.

PAULO WILSON MENDES

Prefeito Municipal